

## Resenha

NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (organizadores). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007. 314 p.

Rafael Henrique Teixeira<sup>1</sup>

*Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* trata de trabalhadores rurais migrantes, originários de diversas regiões do país, que se dirigem ao corte da cana, notadamente para a região de Ribeirão Preto (interior de São Paulo). Mesmo reconhecendo a heterogeneidade das abordagens, seja em relação ao foco empírico, seja com relação ao nível analítico privilegiado, alguns lugares comuns perpassam os diferentes capítulos. Como afirmam os próprios organizadores, “[...] o livro tem como unidade o entendimento de que o *trabalho*, e o debate acerca de suas condições atuais e perspectivas futuras continua tendo centralidade para a compreensão deste século que se inicia. (: 13).

O foco da abordagem são as condições de trabalho e vida dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar, a partir dos seguintes elementos: a forma de pagamento por “produção” e o modo como isso se relaciona a exigências de maior produtividade; as péssimas condições de viagem, moradia e alimentação; o endividamento que se faz presente antes mesmo da partida para com os intermediários da usina (“gatos” ou “chefes de turma”); mortes e doenças ocasionadas por longas jornadas de trabalho em virtude da imposição da “média” por parte da usina; e as “podas”, que retiram do corte os trabalhadores que não atingem as “médias” no período inicial do trabalho, quando passam por um período de teste. É levada também em conta a precariedade dos locais de origem dos migrantes, considerada como determinante para a decisão em participar da empreitada imigrantista (: 216).

Outra dimensão abordada diz respeito à reestruturação pela qual passou e vem passando a agroindústria sucroalcooleira nas regiões abordadas, em virtude: da demanda pela entrada do açúcar brasileiro em mercado americano devido ao bloqueio do produto cubano em 1959; sua valorização no mercado internacional na década de 1970; a criação do Programa Nacional do Alcool em 1975; elevação dos preços internacionais do petróleo e a conseqüente demanda de álcool hidratado;

---

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social pelo Departamento de Antropologia/FFLCH-USP e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, DCSO-UFSCar.

baixo custo de sua produção graças a investimentos técnicos e científicos em novas variedades de cana de maior produtividade; e a assinatura do Protocolo de Kyoto e as conseqüências que traz à utilização de combustíveis fósseis. Elementos que, relacionados, apresentam na década de 1990 a ideologia do agronegócio como o modelo do progresso associado ao desenvolvimento econômico (: 56). Reestruturação do setor que implica, aos olhos dos autores, no redirecionamento das correntes migratórias do Norte e Nordeste do país.

Certamente todos esses elementos possuem sua importância e merecem passar pelo crivo das análises propostas. Porém, como figura no próprio título do trabalho, o objetivo é tratar dos trabalhadores migrantes. E um problema se coloca. As preocupações dos diferentes autores tendem a dissolver suas trajetórias, práticas e concepções, em detrimento do privilégio de níveis analíticos que denominam de estruturais. Mesmo quando alertam que o privilégio será concedido às trajetórias e depoimentos de informantes, tem-se a impressão de que isso não é levado ao seu termo. Pois estas acabam se constituindo como espécies de ilustrações figurativas para a elucidação de processos mais amplos, os quais aparecem com maior centralidade explicativa e causal.

Abordagens com esse viés são comuns em obras que tratam do assalariamento da população do campo brasileiro. Privilégio sobredeterminado da capitalização das relações de trabalho e produção de pequenos produtores familiares que leva, devido ao seu caráter finalista, ao empobrecimento de uma variação possível, trazendo a etiqueta de um processo de proletarianização como resultado último dos processos sociais que se desenvolvem no campo.

Como índice dessa tendência, o seguinte raciocínio é amplamente acionado para explicar a presença de trabalhadores nas lavouras canavieiras. Seria um fenômeno cuja racionalidade é semelhante ao processo de acumulação primitiva do capital observado por Marx no caso do campesinato inglês. O capital libera os trabalhadores - seja expulsando-os de suas terras ou dificultando o acesso às mesmas - tendo em vista que não sejam capazes de sobreviver com sua produção agrícola independente; e os emprega em condições precárias que exigem alta produtividade. Restaria aos trabalhadores apenas vender sua força de trabalho (: 24). Tratar-se-ia da necessidade de, para o capital garantir sua reprodução nos níveis desejados e almejados, importar força de trabalho de outras regiões, já que não é capaz de fazê-lo com aquela que conta em seu próprio espaço. Quando esses trabalhadores migram, deixam de ser camponeses e tornam-se *peça fundamental* (grifo meu) para a reprodução do capital. Mecanismo que não se resumiria ao processo de acumulação originária e primitiva, como descrito por Marx, pois acompanharia também o capitalismo na sua era de reprodução ampliada (: 152).

Vejamos o porquê do grifo acima, na verdade, do risco que apresenta de nivelamento de distintas trajetórias no determinismo dos fatores de produção. Partindo-se desse ponto de vista, o próprio processo de trabalho oriundo do atual paradigma de produção esclareceria por si só a necessidade desses trabalhadores nos canaviais, tanto em seu aspecto qualitativo quanto quantitativo (: 30). Diante das exigências das usinas de aumento de produtividade e redução da remuneração, estas necessitariam de trabalhadores migrantes submissos, com baixo poder de reivindicação, e mais aptos a suportar os rigores e exigências do corte da cana do que os trabalhadores locais. Os locais não estariam acostumados à execução de determinadas atividades repetitivas e cansativas que requerem resistência, na medida em que as crianças seriam criadas afastadas dos rigores do trabalho agrícola.

Em suma, esses trabalhadores estariam migrando pelo fato de serem os únicos aptos a atender as qualidades requeridas pelo processo de acumulação do capital: elevada produtividade no trabalho, capacidade física de execução de um trabalho penoso, e disponibilidade para receber baixos salários. No entanto, tais (des) qualificações não dão conta de explicar a dinâmica das práticas migratórias. Elas apenas acabam por reduzir as trajetórias pessoais e sociais em *peças fundamentais* de um processo que escaparia ao controle ou redimensionamento de seus participantes. Os trabalhadores migrantes são homogeneizados, nivelados em um misto de pequenos produtores expropriados e dominados por classes mais poderosas. Ponto de vista da onipresença do capital no campo que oculta aspectos consideráveis do fenômeno do agronegócio quando este articula em suas bases o deslocamento de populações distantes.

Em alguns momentos no decorrer do livro, esses fatores estruturais dividem o espaço com elementos simbólicos, representações, e valores que permeiam as predileções dos migrantes. Alude-se, por exemplo, a práticas e redes familiares presentes na articulação da migração, suas motivações e efeitos locais, bens de consumo privilegiados com o ganho na safra, concepções sobre a terra e o trabalho enquanto elementos de honra e prestígio. O problema é que tais elementos são imediatamente submetidos aos aspectos estruturais acima aludidos, mostrando uma obsessão em tratar esses elementos sutis de práticas socioculturais sob o crivo do mascaramento de elementos de maior influência e realidade no processo. Ora denotam apenas a aceitação das formas de opressão e exploração impostas, espécie de naturalização do sofrimento (: 75), ora são apontados como flores imaginárias que tornam o processo suportável, com as quais os homens enfeitariam as cadeias reais subentendidas (: 253).

Algo bastante grave nesse sentido é a afirmação da incapacidade dos trabalhadores em entender a lógica do cálculo econômico que determina seus

ganhos. Esta seria muito complexa - ao relacionar o tipo, pesagem e metragem da cana cortada - para trabalhadores advindos de lugares onde a lógica do ganho e trabalho é outra (: 101). Mas será que é possível separarmos duas lógicas distintas? Será que os próprios trabalhadores não possuem uma lógica e cálculo econômico próprio, ao invés de se encontrarem submetidos a um que lhes escapa e do qual apenas sofrem as conseqüências? Pesquisas com tais populações migrantes requerem, certamente, uma atenção ao “elemento econômico” presente no processo decisório da migração. Mas a grande questão é o estatuto que o econômico adquire no ponto de vista adotado pelos autores.

As análises que privilegiam fatores de produção acabam por formular um sujeito econômico genérico, dotado de faculdades correspondentes às propriedades imputadas ao sistema capitalista. Dedução que apenas busca encontrar sua afirmação na experiência dos sujeitos. Algo diferente é considerar uma consciência econômica concreta - na imbricação do econômico em relações sociais que envolvem avaliações simbólicas e de valor não-econômico - irreduzível à contraposição do econômico ao não-econômico, oposição presente, ainda que implicitamente, nas análises aqui tratadas.

Certamente faz-se presente um cálculo econômico na empreitada imigrantista. Mas não em termos de uma objetividade postulada ou deduzida por sobre os agentes, mas como algo cuja consistência deve ser buscada nas experiências concretas, sem pré-conceitos que desqualifiquem ou atribuam uma importância secundária a tais peculiaridades. Em práticas como a migração, o econômico articula-se a operações cognitivas que sistematizam condições, diferenças e analogias potenciais de experiências, produzindo esquemas de ação atualizados sazonalmente nas migrações, unificando disposições em indivíduos submetidos às mesmas condições objetivas. Desse modo tornar-se-ia mais plausível o entendimento de um “cálculo” que permeia a decisão de migrar ou não migrar.

A indisposição para com os elementos representacionais e simbólicos acaba por resultar em um zoneamento de trajetórias e predileções concretas, quando relacionada à suas funções na produção e reprodução do capitalismo. Mesmo afirmando que os atores possuem estratégias, implicitam que elas não dependem de seus elementos endógenos e familiares. O resultado seria então uma migração compulsória que conduziria a uma proletarização inevitável, devido à preponderância dos fatores macro sobre os microsociais (: 297). Vejo aqui dois problemas.

Primeiro a afirmação do caráter compulsório da migração, como se os determinantes estruturais passassem por cima das oposições que se fazem presentes no sistema de representações, e que se relacionam aos dilemas de migrar ou não migrar. Atribuir à migração um caráter compulsório é uma violência

tão grande as estratégias concretas dos migrantes quanto o incessante remetimento do fenômeno migratório aos determinismos estruturais. Um segundo problema seria a contraposição de espaços e modos de vida camponeses e proletários, com suas distintas estratégias e níveis de subordinação ao capital, aliada a afirmação subsequente da transformação do migrante em um trabalhador padrão (: 46). Os autores reconhecem em alguns momentos os elementos para os quais estou chamando a atenção. Mas apenas o fazem para em seguida apresentarem uma solução: submetê-los a determinismos outros, fadados então ao desaparecimento ou espoliação contínua e, quando muito, dividem as experiências e trajetórias em modos de vida distintos e excludentes, dada a necessidade de sacrifício do modo de vida camponês às exigências do capital.

Não basta reconhecer as práticas migratórias e as concepções ao seu redor para em seguida submetê-las a essa postura conceitual. Tal operação impede a percepção das sutilezas que se fazem presentes no momento em que o processo migratório implica a participação em campos de relações que, embora distintos, se superpõe nos espaços percorridos e nos sujeitos que participam do movimento migratório. Amálgama de posições e concepções nos campos de relações do mundo do roçado e do mundo do corte da cana irredutível a modelos teóricos e categorias pré-fabricadas, como camponês, proletário, camponês-proletário, e assim por diante. A configuração que transparece nessa intersecção de relações tem na sua singularidade e diversidade o antídoto a tais tentativas de enquadramento.

Desse modo, o fenômeno do agronegócio, e os deslocamentos que suscita, nos convida a repensar as próprias categorias sociológicas construídas até então para o campesinato. Dessencialização de categorias como camponês ou proletário que parece ser exatamente o que não vem sendo realizada pelas análises aqui consideradas, na sua preferência para com fenômenos cuja objetividade não se trata de ser contestada, mas cujo caráter imperativo não esgota o fenômeno em questão.

Uma postura teórico-conceitual diferente se estabeleceria em uma análise que, seguindo as associações realizadas nos e pelos trajetos dos próprios atores, atingisse as interconexões que compõem o agronegócio açucareiro nas suas diversas ramificações. Tal ponto de partida em nada deve ao desafio que, digamos, possui seu imperativo (e ao qual o próprio livro se propõe): o de formular um quadro analítico para as novas configurações do mundo rural brasileiro, em virtude dos novos paradigmas estabelecidos pelo modelo de agricultura dos estabelecimentos sucroalcooleiros e a relação que guarda com o fenômeno da migração. Nesse sentido, os atores sociais, na qualidade de migrantes, têm muito a dizer, e não apenas a figurar enquanto peças ou testemunho de algo que lhes escapa e domina.

